

**ENTRE O CAPITAL E O TRABALHO, O RIO: TURISMO E A
CONDIÇÃO RIBEIRINHA NO PASSO DO LONTRA, CORUMBÁ-MS**

**BETWEEN CAPITAL AND WORK, THE RIVER: TOURISM AND THE
RIVERINE CONDITION IN PASSO DO LONTRA, CORUMBÁ-MS**

**ENTRE CAPITAL Y TRABAJO, EL RÍO: EL TURISMO Y LA
CONDICIÓN RIBEREÑA EN PASSO DO LONTRA, CORUMBÁ-MS**

Eduardo Gomes da Costa

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

eduardo.g@ufms.br

Thiago Araujo Santos

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

thiago.a@ufms.br



Destaques

- A partir da necessidade de acelerar o tempo de giro do capital, aliado ao desenvolvimento dos transportes e comunicação, o incremento do turismo permitiu a “transformação do tempo de não trabalho em tempo do capital” (Ouriques, 2015, p. 19).
- A condição ribeirinha é associada diretamente à pesca, cuja dinâmica é alterada pela presença do turismo. Essa alteração exige da comunidade uma alternativa: o turismo. A instabilidade causada por um emprego incerto, coloca os ribeirinhos em uma condição de insegurança socioeconômica grave.
- Os impactos socioambientais objetivos desse processo, contudo, merecem destaque, especialmente aqueles relacionados à queda vertiginosa do volume de peixes no rio Miranda, que coloca a comunidade em uma “encruzilhada socioambiental”.

RESUMO

A comunidade ribeirinha Passo do Lontra, objeto central deste trabalho, está localizada no entroncamento da Estrada Parque Pantanal com o Rio Miranda, no município de Corumbá-MS. Em decorrência da forte presença da atividade turística, significativas transformações no modo de vida ribeirinho e na biodiversidade do rio Miranda foram identificadas. Interessa-nos analisar e compreender essas transformações tomando como eixo central as dinâmicas do trabalho ribeirinho e as condições ambientais necessárias à sua reprodução social. Como recursos metodológicos, recorremos à revisão bibliográfica, trabalhos de campo, entrevistas, mapeamento e dados fundiários e sobre uso e ocupação do solo. Foi possível perceber uma apropriação do saber-fazer tradicional ribeirinho como parte do produto turístico pelo capital, em um contexto de transmutação das funções laborais tradicionais associadas à pesca artesanal em prestação de serviços aos hotéis e turistas. Ademais, constatamos um quadro de degradação ambiental com sensíveis impactos no volume de peixes encontrados no rio Miranda, cujos efeitos rebatem nas dinâmicas de trabalho locais, tanto na pesca artesanal quanto nas atividades associadas diretamente ao turismo.

Palavras-chave: Comunidade Ribeirinha. Pantanal. Turismo. Trabalho. Degradação Ambiental.

ABSTRACT

The riverine community of Passo do Lontra, which is the central focus of this study, is located at the intersection of the Estrada Parque Pantanal and the Miranda River, in the municipality of Corumbá, Mato Grosso do Sul. Due to the strong presence of tourism, significant transformations have been identified in both the riverine way of life and the biodiversity of the Miranda River. Our aim is to analyze and understand these transformations, focusing primarily on the dynamics of riverine labor and the environmental conditions necessary for its social reproduction. As methodological tools, we employed bibliographic review, fieldwork, interviews, mapping, and data on land tenure and land use. It was possible to observe an appropriation of traditional riverine knowledge and practices as part of the tourism product by capital, within a context of transformation of traditional labor roles – once tied to artisanal fishing – into the provision of services to hotels and tourists. Moreover, we identified a scenario of environmental degradation, with noticeable impacts on the volume of fish in the Miranda River, whose effects reverberate through local labor dynamics, affecting both artisanal fishing and tourism-related activities.

Keywords: Riverine Community. Pantanal. Tourism. Labor. Environmental Degradation.

RESUMEN

La comunidad ribereña Passo do Lontra, objeto central de este trabajo, está ubicada en el cruce de la Estrada Parque Pantanal y el río Miranda, en el municipio de Corumbá-MS. Debido a la fuerte presencia de la actividad turística, se identificaron transformaciones



significativas en la forma de vida ribereña y en la biodiversidad del río Miranda. Nos interesa analizar y comprender estas transformaciones, tomando como eje central la dinámica del trabajo ribereño y las condiciones ambientales necesarias para su reproducción. Como recursos metodológicos se recurrió a la revisión bibliográfica, el trabajo de campo, la entrevistas, la elaboración de mapas y uso de datos sobre propiedades y uso y ocupación del suelo. Fue posible percibir una apropiación del saber hacer tradicional ribereño como parte del producto turístico por parte del capital, en un contexto de transmutación de funciones laborales tradicionales asociadas a la pesca artesanal en la prestación de servicios a hoteles y turistas. Además, observamos una situación de degradación ambiental con impactos significativos en el volumen de peces que se encuentran en el río Miranda, cuyos efectos impactan las dinámicas de trabajo local, tanto en la pesca artesanal como en las actividades directamente asociadas al turismo.

Palabras clave: Comunidad Ribereña. Pantanal. Turismo. Trabajo. Degradación Ambiental.

INTRODUÇÃO

A comunidade ribeirinha Passo do Lontra se localiza no município de Corumbá-MS, no cruzamento do Rio Miranda com a Estrada Parque Pantanal, constituindo-se desde 1993 como Área Especial de Interesse Turístico (AEIT) (Mato Grosso do Sul, 1993). Trata-se de uma comunidade originalmente formada por ex-trabalhadores da pecuária que buscaram na pesca artesanal um meio de sobrevivência. A partir da década de 1970 ocorrem importantes transformações das atividades econômicas predominantes na região, o que levou a comunidade a se tornar, especialmente a partir dos anos 1990, uma das principais referências no turismo de pesca e contemplação do pantanal sul.

A comunidade, formada por algumas dezenas de família residentes em palafitas, próximas ao rio Miranda, se constitui na principal fonte de mão-de-obra barata do empresariado turístico da região. Dadas as “peculiaridades locais”, o trabalho é predominantemente informal e precário, herança do trabalho com a pecuária (Ribeiro, 2018, p. 158). Neste caso, as diferentes relações de trabalho constituídas, ao longo do tempo, contribuem para a conformação de novas identidades, que se sobrepõem e definem a atual figura do ribeirinho: o pantaneiro trabalhador da pecuária que se torna pescador ribeirinho e guia turístico ao mesmo tempo, reproduzindo um modo de vida com traços da relação de trabalho anterior ainda presentes. A comunidade e os promotores do turismo se territorializaram na região de forma orgânica, entre colaborações e tensões. O próprio nome da comunidade originalmente Passo da Lontra é modificado para Passo do Lontra pela



proprietária de uma das primeiras pousadas da região. É de fato impossível dissociar as raízes da comunidade com a atividade turística (Costa; Santos, 2023, p. 159).

A dinâmica da comunidade é alterada em decorrência da queda vertiginosa do volume de peixes do pantanal, que entre suas causas está o próprio turismo, que surge ele próprio como alternativa de renda para a comunidade, constituindo trabalho irregular e precário, contraditoriamente sendo parte da reexistência da tradicionalidade ribeirinha (Costa; Santos, 2023, p. 160). Desta forma, no Passo do Lontra, trabalho e identidade estão profundamente ligados, e conforme as relações de trabalho mudam, o modo de vida e identidade se transformam (Ribeiro, 2018; Ribeiro e Moretti, 2012b; Moretti, 2006).

A presente análise resulta do projeto de pesquisa “Tradicionalidade ribeirinha e turismo na comunidade Passo do Lontra (Corumbá-MS): complementaridade ou contradição?” fomentado pela Fundect MS. Na investigação em tela buscamos entender, a partir da expansão da atividade turística no pantanal sul, as transformações no modo de vida ribeirinho, tomando como eixo central as dinâmicas do trabalho ribeirinho e as condições ambientais necessárias à sua reprodução social, em um contexto de forte degradação da biodiversidade do rio Miranda.

Este artigo se baseou no levantamento documental e bibliográfico relacionado ao turismo, à comunidade Passo do Lontra e as formas de trabalho ligadas no pantanal sul. No levantamento, recorreu-se aos dados sobre a estrutura fundiária e uso e ocupação do solo na região do pantanal e bacia do rio Miranda, respectivamente das bases do Incra (2018) e MapBiomas Brasil (2024), utilizando-se o software de geoprocessamento QGIS para mapeamento. Foi realizada também a análise de dados qualitativos e quantitativos adquiridos em três trabalhos de campo na comunidade Passo do Lontra, Corumbá-MS, realizados nos anos de 2022 e 2023. Além de observação direta da dinâmica local e das relações de trabalho na localidade, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com moradores, homens e mulheres, pescadores e trabalhadores do turismo, o método de entrevista escolhido, “em rigor, trata-se de uma técnica em que as questões são predeterminadas, como no questionário, e as respostas são livres, como na entrevista aberta” (Kapp, 2020, p. 9), as entrevistas foram gravadas com a permissão dos moradores e transcritas. A análise realizada foi operada por “comparação, item a item, das respostas obtidas a cada pergunta” (Kapp, 2020, p. 9). Os temas centrais abordados foram a fundação, a reprodução da vida e as mudanças históricas



ocorridas na comunidade nos últimos anos. Os nomes dos entrevistados são fictícios para preservar seu anonimato.

Esse trabalho está estruturado da seguinte maneira: introdução já contendo objetivos e metodologia aplicada, um tópico destinado a uma breve retrospectiva do fenômeno do turismo, um tópico analisando o trabalho no Passo do Lontra, um tópico refletindo sobre algumas causas de degradação ao rio Miranda e por fim as considerações finais.

O TURISMO E O DESENVOLVIMENTO “SUSTENTÁVEL”

“A diversão é o prolongamento do trabalho sob o capitalismo tardio. Ela é procurada por quem quer escapar ao processo de trabalho mecanizado, para se pôr de novo em condições de enfrentá-lo”. Theodor Adorno e Max Horkheimer.

A expansão da atividade turística se deu a partir da segunda metade do século XX, fruto inicial do acelerado desenvolvimento industrial pós-guerra e da política de Bem-Estar Social (maiores salários e tempo livre) implantada, em contexto de guerra fria, na Europa¹.

A massificação da atividade por sua vez, se realiza com a expansão do chamado “setor de serviços”, e conseqüentemente do turismo. Sobretudo, seu impulso se dá a partir do final da década de 1980, como decorrência da reestruturação produtiva do capital, fazendo emergir um novo regime de acumulação, a acumulação flexível (Harvey, 2008), que implicou na transformação das formas de trabalho, como veremos no próximo item.

A partir da necessidade de acelerar o tempo de giro do capital, isto é, diminuir o período entre a produção e a realização do capital investido numa dada mercadoria, aliado ao desenvolvimento dos transportes e comunicação, o incremento do turismo permitiu a “transformação do tempo de não trabalho em tempo do capital” (Ouriques, 2015, p. 19) e representou uma oportunidade de lucro, com o descanso, através dos empreendimentos turísticos enquanto destinos, para países periféricos (Ouriques, 2015). Nesse sentido, o turismo, semelhante a outras formas de produtos-experiência, “têm um tempo de giro quase

¹ “Às condições subjetivas após a Segunda Guerra Mundial, assim como à ameaça “comunista”, conjugaram-se a recuperação econômica e, principalmente, as experiências governativas da social-democracia, especialmente europeia” (Silveira, 2013, p. 153). A esse estado de crescimento foi chamado Estado de Bem-Estar Social.



instantâneo” (Harvey, 2008, p. 149). A mercadoria turística é produzida e consumida imediatamente.

Soma-se a isso, segundo Silva e Ribeiro (2016), o crescimento da demanda por um turismo “sustentável” e de contemplação de áreas naturais a partir da conferência de Estocolmo em 1972, onde se discutiu como necessário que “as nações tomassem providências cabíveis para o desenvolvimento econômico e o equilíbrio ambiental” (Silva; Ribeiro, 2016, p. 129), entendendo assim que “por não poluir como as indústrias tradicionais, a indústria do turismo é expoente da possibilidade de conciliação entre desenvolvimento e preservação ambiental” (Ouriques, 2015, p. 17).

A diplomacia brasileira não só esteve presente na Conferência de Estocolmo, como se destacou, se apresentando enquanto liderança dos países do Terceiro Mundo no desenvolvimento econômico (Oliveira, 2019). Cabe lembrar que na época, 1972, o regime ditatorial brasileiro passava pelo chamado “milagre econômico”². A ironia do destaque, como nos diz Oliveira (2019), é

que o milagre econômico do Regime Militar é uma expressão precisa de destruição ambiental, consumado pelo conjunto formado pela supersaturação das megalópoles, devastação de quase 10 % da Floresta Amazônica, consolidação do “primado do automóvel”, a poluição de Cubatão e o advento da usina atômica (Sirkis, 1992, *apud* Oliveira, 2019, p. 85).

Em 1977, ainda durante do regime militar, foi sancionada por Ernesto Geisel, à época ditador em exercício, a lei N. 6.513, que versava sobre a criação de Áreas Especiais e de Locais de Interesse Turístico, definidas pelo Art. 3 como “trechos contínuos do território nacional, inclusive suas águas territoriais, a serem preservados e valorizados no sentido cultural e natural, e destinados à realização de planos e projetos de desenvolvimento turístico” (Brasil, 1977). Ancorado pelo Art. 21 da mesma lei, o governo do estado do Mato Grosso do Sul institui, em 1993, através do decreto N. 7.122, a Estrada Parque Pantanal enquanto Área Especial de Interesse Turístico.

Tanto na declaração de Estocolmo, documento resultado da conferência de 1972, quanto nos artigos da lei de 1977 e do decreto de 1993, é pautada a necessidade de um desenvolvimento econômico aliado à preservação ambiental.

² Segundo Paul Singer (1977 *apud* Oliveira, 2019, p. 85) os milagres econômicos têm, sobretudo, caráter político e produzem grande concentração de renda (Oliveira 2003 *apud* Oliveira, 2019, p. 85).



Aqui cabe problematizar a plausibilidade dessa pretensa conciliação. Porto-Gonçalves (2004, p. 24) afirma que a ideia de desenvolvimento “é, rigorosamente, sinônimo de dominação da natureza”. O desenvolvimento econômico do capitalismo sempre acarretou a degradação social e ecológica. Desde a acumulação primitiva esse modo de produção é pautado na transformação da natureza em fonte de lucro, em detrimento de sua conservação (Freitas *et al.*, 2012). Desta forma, pensar desenvolvimento nos moldes capitalistas e na preservação ambiental em equilíbrio seria, em si, contraditório.

Essa união, porém, se constituiu, segundo Oliveira (2019, p. 235), “inapelavelmente, um consenso” entre os países das Nações Unidas, a partir do uso do termo **desenvolvimento sustentável**, mobilizado pela primeira vez através do chamado Relatório Brundtland, lançado em 1987 pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD).

Nesse relatório, o termo desenvolvimento sustentável foi definido como “[...] o desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprirem suas próprias necessidades” (CMMAD, 1991, *apud* Freitas *et al.*, 2012, p. 44).

A popularização a nível mundial do termo viria a partir da Agenda 21, documento resultado da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, também chamada de Eco-92 ou Rio-92, realizada em 1992 na cidade do Rio de Janeiro (Oliveira, 2019). O desenvolvimento sustentável representaria um objetivo global, “a ser atingido no Século XXI [...] como se fosse um novo paradigma para a produção e consumo mundial” (Oliveira, 2019, p. 21). É a partir desse momento que o turismo ecológico (ecoturismo) se torna o motor ideológico e discursivo da atividade no pantanal³ (Moretti, 2006).

A ideia do ecoturismo passou a ser entendida como a solução para os problemas advindos da atividade turística, ou seja, o turismo destrói os atrativos que levam a sua existência, e o ecoturismo é a variável desta atividade que poderia permitir a sua existência com a perspectiva de manutenção dos ambientes naturais e culturais destinados ao turismo. Integrada à noção de “Desenvolvimento Sustentável”, a ideia do ecoturismo é “conceituada” por diferentes autores como uma solução para o uso

³ O turismo já se desenvolvia na região desde a década de 1960, enquanto turismo de pesca, mas até então sem uma preocupação, pelo menos no campo discursivo, de pautar a preservação ambiental. O Ecoturismo, na teoria, representaria uma atividade mais consciente e de contemplação da beleza natural, além da pesca (Braga, *et al.*, 2004; Moretti, 2006).



adequado de ambientes naturais visando inclusive a sua conservação (Moretti, 2006, p. 66).

Além disso, como apontado por Moretti (2006, p. 67), a noção de ecoturismo, associada à de desenvolvimento sustentável, leva em conta “a melhoria das condições de vida da comunidade local, mas, a ideia de qualidade de vida, é entendida a partir do desejo do turista e não das comunidades locais”, ou seja, aquilo considerado “desenvolvimento” e “melhoria de vida” aos trabalhadores nem sempre exprime aquilo que de fato lhes é caro, é antes de tudo um atrativo aos turistas.

Porto-Gonçalves (2004, p. 25) corrobora essa ideia quando afirma *desenvolvimento* carrega a ideia de direito de igualdade a todos, sem que se pense nos “*diferentes modos de sermos iguais*, como as diferenças culturais e povos que a humanidade inventou ao longo da história atestam”. Desdobrando esse argumento, o autor problematiza semanticamente a palavra, evidenciando que:

[...] des-envolver é tirar o envolvimento (a autonomia) que cada cultura e cada povo mantêm com seu espaço, com seu território; é subverter o modo como cada povo mantêm suas próprias relações de homens (e mulheres) entre si e destas com a natureza; é não só separar os homens (e mulheres) da natureza como também separá-los entre si, individualizando-os [...] que, ao *des-envolver*, envolve cada um [...] numa nova configuração societária, a capitalista (Porto-Gonçalves, 2004, p. 39).

Não é nosso objetivo elaborar uma crítica profunda ao conceito de desenvolvimento sustentável⁴. Porém, é impossível pensar criticamente o turismo (e o ecoturismo) sem problematizar alguns aspectos desse pretense “desenvolvimento sustentável”.

Concordamos com Oliveira (2019) quando ele aponta que:

A noção de desenvolvimento sustentável oculta às classes sociais e a divisão territorial do trabalho na medida em que destaca que todos deveriam cuidar dos bens comuns, como se não houvesse propriedade privada dos meios de produção e da terra para plantar e morar (Oliveira, 2019, p. 24).

Como apontado pelo autor, tratar o desenvolvimento sustentável em genérico enquanto uma “responsabilidade de todos” mascara uma questão primordial: a concentração de terras nas mãos de poucos, e assim o poder de desmatar e degradar os meios naturais.

⁴ Para esse debate de forma ampla ver Oliveira (2019).



Utilizando como exemplo o município de Corumbá, destino turístico que concentra boa parte do pantanal sul-mato-grossense e onde se localiza a comunidade Passo do Lontra, as 51 maiores propriedades rurais do município (1.552.757 ha) têm **quinze vezes** a área das 1.432 menores propriedades (100.020 ha) (Incra, 2018), sendo os proprietários de terra e os promotores do turismo, na região, figuras diretamente associadas, por vezes se constituindo nos mesmos sujeitos, algo comum no Brasil, como afirma Baratelli (2022, p. 58):

Devido à ausência de políticas significativas de Reforma Agrária, que desconcentrem a estrutura fundiária brasileira, o direito de acesso à terra é negado à classe camponesa e trabalhadora, tornando-a uma mercadoria de privilégio da classe dominante. A maior parte da posse e do domínio da terra divide-se entre os capitalistas e grandes proprietários fundiários, que ora se confundem na mesma figura, em razão da aliança terra-capital.

Pensar criticamente o turismo envolve refletir sobre os distintos interesses e condições de acesso e apropriação do “local turístico”, seu uso para reprodução de um modo de vida ou enquanto mercadoria, por trabalhadores, capitalistas e/ou proprietários de terra. Salazar (2006, p. 118) afirma que em nossas análises e pesquisas “o turismo precisa estar situado na sociedade capitalista. O consumo de serviços não pode ser dissociado das relações sociais nas quais está inserido”⁵. E como apontaremos no próximo item, assim como todas as demais atividades capitalistas que transformam recursos naturais em mercadoria (neste caso áreas naturais no produto-turístico), o turismo, travestido de verde na forma de *ecoturismo*, se resume a um símbolo, usado pelo marketing das agências para atrair clientes que se preocupam com a preservação ambiental, porém, como afirma Moretti (2006) para ser uma atividade “rentável economicamente” para os promotores do turismo, necessita ser uma atividade de massa e, como consequência, resulta em pressões que destroem o ambiente natural.

O PESCADOR ARTESANAL E O GUIA-TURÍSTICO NO PANTANAL

Segundo Ribeiro e Moretti (2012a) existem registros de ocupação no Pantanal desde o século XVII. Diversos grupos se apropriaram das terras originalmente indígenas, e através de diferentes formas de uso e ocupação continuamente transformaram o território dito pantaneiro.

⁵ No original em espanhol “[...] el turismo necesita estar situado en la sociedad capitalista. El consumo de servicios no puede separarse de las relaciones sociales dentro las cuales se inserta.” Tradução nossa.



A região do Rio Miranda, no pantanal de Corumbá, interior do Mato Grosso do Sul, teve, desde a segunda metade do século XIX, como atividade central a pecuária (Esselin, 2011), estando a pesca em segundo plano. A partir da década de 1960, turistas de várias partes do país passaram a visitar a região para praticar a pesca turística amadora, que ainda não se constituía uma atividade de larga escala (Braga *et al.*, 2004, p. 2). Porém, entre o fim da década de 1970 e início da

década de 1980, a atividade pecuária do Pantanal Sul entrou em crise devido a fatores econômicos e naturais que levaram à perda da competitividade do gado produzido na região frente a outras áreas de produção. A crise econômica está relacionada à queda do preço do boi gordo aliada à elevação dos custos de alguns insumos, implicando em uma redução na capacidade de investimentos e de custeio dos produtores e, em consequência, uma forte descapitalização do setor (Silva, 2013, p. 158–159).

Como meio de superar essa crise, ocorre no pantanal um processo de modernização da pecuária, relacionado à incorporação de inovações nas técnicas produtivas e a substituição dos sujeitos que anteriormente lidavam com o gado (Ribeiro; Moretti, 2012a), por exemplo, o peão que executava à cavalo o trabalho é substituído por motocicletas e as comitivas⁶ são substituídas por caminhões, resultando na redução da necessidade de mão de obra e produzindo uma onda de desemprego, que levou parte da população local para as margens do rio como alternativa para sua reprodução.

Concomitante a isso, o desenvolvimento tecnológico dos meios de comunicação e o início do processo de globalização colocam o pantanal nos holofotes, tornando a região, pelo impulso do turismo a partir da década de 1990, mundialmente conhecida. “A nova engrenagem econômica desponta como uma alternativa para os pecuaristas expandirem as perspectivas de lucro, em uma região com expressiva extensão de terras e com fauna e flora exuberantes” (Ribeiro, 2018, p. 152).

A comunidade Passo do Lontra se materializa, assim, enquanto uma comunidade tradicional situada numa região de forte atratividade turística, composta por algumas dezenas de família, provindas do trabalho com a pecuária, que residem em palafitas construídas próximas ao cruzamento do Rio Miranda com a Estrada Parque Pantanal (figura 1) e vivenciam um modo de vida característico de uma “identidade ribeirinha”. Essa identidade se assenta em dois marcos fundamentais: o vínculo orgânico com a natureza, mediante a

⁶ Atividade de transporte de gado, guiado por um grupo de peões, para venda ou nos períodos de cheia.

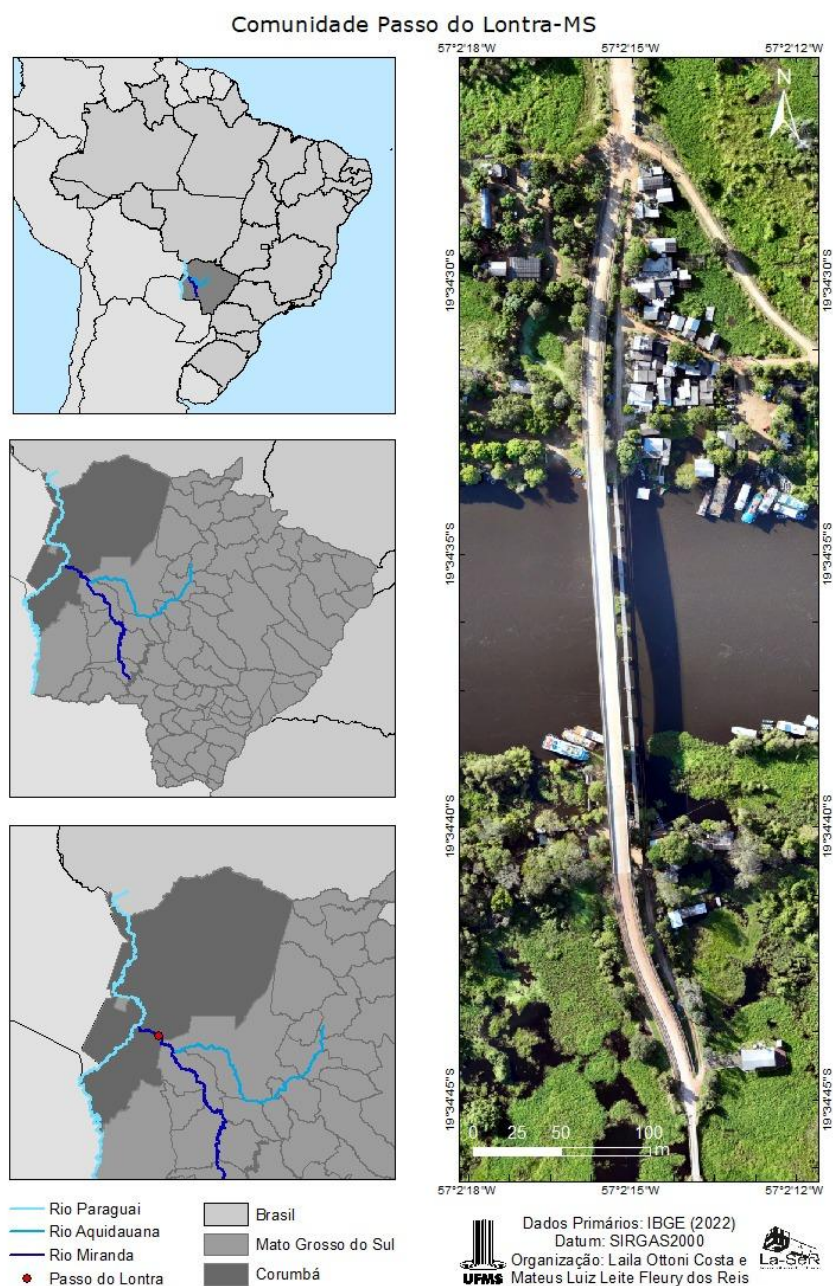


atividade pesqueira, e as relações de trabalho impulsionadas pelo turismo, que são mobilizadas como meio de renda pelos moradores, complexificando os sentidos do “ser ribeirinho” na localidade, conforme discutiremos adiante.

O primeiro desses marcos vincula-se diretamente à pesca artesanal, que se origina como uma necessidade para a reprodução econômica dessa comunidade e que possui uma dimensão bem mais complexa. O cotidiano praticado, vivido e concebido, no rio, pelos pescadores, através das gerações, cria um modo singular de “ler” a natureza, fundamentado num saber-fazer tradicional. Neste prisma, a natureza não é entendida como metáfora, mas como espaço de vida, como condição concreta de trabalho (Silva, 2014a, p. 15). Nessa ótica, a identidade ribeirinha “têm nas matas e nas águas toda simbologia expressa na sua cultura, diante de um espaço único, crítico e de muitas interpretações” (Pinheiro *et al.*, 2012, p. 5), construída na vivência do rio e da pesca.



Figura 1 - Localização da Comunidade Passo do Lontra – Corumbá-MS.



Fonte: LASER - UFMS/CPTL. Organizado por Costa e Reis (2023).

Essa identidade está ligada a uma porção do território, “apropriado para a reprodução da existência material, simbólica e afetiva desse grupo” (Ferreira, 2006, p. 59). Alves (2018, p. 36) entende o território pesqueiro como espaço de uso coletivo em relação direta com a natureza, e como uma simbiose entre terra e água. Isso se explica pelo fato de



que “as(os) pescadoras(os) artesanais possuem uma relação conjunta entre terra e água” (*ibidem*, p. 36). Tais sujeitos criam, assim, para Silva (2014b) um *território terra-água*.

Com base nessa perspectiva, se trata de pensarmos a comunidade Passo do Lontra enquanto uma comunidade tradicional, definida institucionalmente pelo decreto N. 6.040, isto é, como um grupo culturalmente diferenciado e que se reconhece como tal, que possui forma própria de organização social, que ocupa e usa territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (Brasil, 2007).

O ribeirão, que vive nesses locais,

[...] Retira do ambiente o seu sustento retribuindo-lhe com o respeito de não promover queimadas ou destruir suas matas. Conserva os rios e igarapés como bens preciosos de onde retiram o peixe para o sustento da família e algumas vendas. Não tem pressa, não precisa correr contra o tempo, pois este é determinado no seu cotidiano pelas atividades, dentro de um espaço próprio sem interferências de qualquer natureza (Pinheiro *et al.*, 2012, p. 6).

Para Cardoso (2003), esse território pesqueiro é construído pelos pescadores a partir do trabalho e da apropriação da natureza. Uma apropriação distinta daquela empregada pelos capitalistas. Sobre esse território “os pescadores exercem algum tipo de domínio e são objetos de disputas e conflitos à medida que estruturas de produção na pesca de escalas diferenciadas se sobrepõem” (*ibidem*, p. 11), algo que verificamos no Passo do Lontra.

Relatos obtidos por meio de entrevistas com ribeirinhos nos levam a considerar que a pesca artesanal, que permitiu a reprodução de seu modo de vida ao longo das décadas de existência da comunidade, tem sua dinâmica alterada pela diminuição nos últimos anos do volume de peixes no Miranda:

“Se vivia na base da pesca, pescador profissional tinha muito que vinha, e agora não tem mais nada de peixe, não sobreviveu.” (Antônio, entrevista realizada em 26/09/2022).

Entre outros motivos, essa alteração está provavelmente associada à ocorrência da pesca turística (considerada predatória) acima dos limites permitidos. Como afirma o entrevistado Sebastião:

Depois dos hotel fico muito ruim. Hoje o rio está sem conforto. Então, antigamente tinha muito peixe, muito peixe. Eu morei na Barra do meio, sete ano e oito meses. Você via Pintado acavalado na barranca. Hoje você não vê



uma piranha aí, né? E para onde foi o peixe? Não sei. (Sebastião, entrevista realizada em 02/06/2023).

Justo aqui reside o segundo marco relacionado à identidade ribeirinha na comunidade Passo do Lontra, sendo este intimamente ligado ao turismo. Trata-se, entre diversas formas de ocupação com o turismo, da incorporação na comunidade da função de “guia turístico”, ou melhor, “piloteiro-guia”, como são chamados aqueles trabalhadores que, nos barcos, levam os turistas para os pontos de pesca e/ou observação da fauna/flora da região⁷.

Como apontado por Ribeiro e Moretti (2012b, p. 46), os ribeirinhos pantaneiros são tidos como os trabalhadores “ideais” para o turismo, pois:

As pessoas que vivem no Pantanal, ao longo do tempo, vão adquirindo experiências ambientais que as habilitam interpretar os ciclos da natureza, tais como, os períodos de cheia ou de seca, o comportamento e identificação dos sons dos animais, a época de florada das plantas e as ameaças que as ações humanas representam para aquele lugar.

O conhecimento adquirido pelos ribeirinhos ao longo das gerações os torna trabalhadores dotados de um saber-fazer específico, convertendo-os em sujeitos adaptáveis ao processo de “apropriação do espaço, dos objetos naturais e de suas relações pelo turismo” (Silva; Ribeiro, 2016, p. 131). O empresariado turístico se apropria assim do próprio “saber-fazer” tradicional dos trabalhadores locais, tornando-os parte, na condição de mediadores, da “experiência de imersão” no pantanal:

Submetido ao interesse turístico, por outro lado, o saber-fazer ribeirinho que é mobilizado nas funções de pilotos, pilotos-guia e guias turísticos são subordinados a uma dinâmica externa à comunidade, sujeita aos “altos e baixos” de uma atividade econômica capitalista, constituído este saber-fazer uma mercadoria comprada e vendida como um serviço. Neste caso, o trabalho opera, sempre, com a mediação do capital, sob controle dos donos dos hotéis e agências turísticas, que passam a ter, no interior da comunidade, papel preponderante na definição de sua dinâmica interna (Costa; Santos, 2023, p. 162).

Contraditoriamente, a apropriação desse saber-fazer pelo turismo permitiu a reprodução do modo de vida ribeirinho. Partindo de Marx (1973, p. 224-225 *apud* Harvey 2005, p. 56), Harvey (2005, p. 56) observa que uma tendência histórica do capitalismo é

⁷ Cabe frisar que os pescadores artesanais e os pilotos-guias não são dois grupos separados, e sim muitas das vezes os mesmos sujeitos.



transformar e absorver modos de vida que fogem do padrão tipicamente capitalista. Contudo, como podemos observar, a apropriação desse conhecimento tradicional enquanto parte da “experiência turística”, no Passo do Lontra, permitiu a esses sujeitos o acesso à renda e a trabalho.

O trabalho com o turismo, porém, é em grande parte, irregular, como afirmado por um entrevistado:

Carteira assinada bem poucos que têm. Os piloteiros não têm carteira assinada, trabalham por conta, nos hotéis aí, às vezes só quando tão trabalhando direto nos hotéis são obrigados a assinar carteira. Mas na maioria é assinado não, só quando tem risco de ir fazer uma vistoria lá que assina. (Antônio, entrevista realizada em 26/09/2022).

O entrevistado Sebastião, que trabalha como piloteiro-guia, afirma que “o ganho não é contínuo não, você trabalha às vezes quatro dias e fica quinze, vinte dias sem trabalhar” (Sebastião, entrevista realizada em 02/06/2023). Segundo ele, o valor de uma diária de trabalho como guia é de 450 reais.

Pode-se afirmar que essas relações de trabalho de caráter irregular são heranças diretas do passado e “ainda hoje é possível encontrar características de relações mais rudimentares, presentes desde o início da implementação da pecuária de corte na região, como, por exemplo, a contratação de empregados a partir de acordos verbais” (Ribeiro, 2018, p. 158).

Eu comecei a ser ribeirinha quando eu mudei pra cá, né? Porque até então quando eu morava nos hotéis, eu trabalhava pros hotéis, aí agora eu tirei minha carteira profissional, sou pescadora profissional, então eu me considero uma ribeirinha agora, por eu ter minha casa aqui, porque aqui a comunidade é uma comunidade ribeirinha, todos nós somos pescadores, a gente não depende só da pesca, depende dos hotéis também, se a gente fosse depender só da nossa pesca profissional a gente passaria necessidade e muito, e mesmo assim a gente ainda tem ano que passa bem apertado (Flávia, entrevista realizada em 05/11/2022).

A entrevistada Flávia, que se mudou para o Passo do Lontra especificamente para trabalhar em um dos hotéis, passou a residir com os filhos e desenvolveu, ali, ao se inserir no modo de vida da comunidade, uma identidade ribeirinha, ou seja, através da relação orgânica com o rio, associada à proximidade geográfica, o que gerou um autorreconhecimento como “ribeirinho” por se integrar, como morador, neste espaço dotado de um “contexto ribeirinho”.



O conteúdo de sua fala é revelador de uma contradição em que se insere a Comunidade Passo do Lontra. A condição ribeirinha é associada diretamente à pesca, cuja dinâmica é alterada pela presença do turismo. Essa alteração exige da comunidade uma alternativa: o turismo. A instabilidade causada por um emprego incerto, em que os vínculos formais são frágeis ou inexistentes, coloca os ribeirinhos em uma condição de insegurança socioeconômica grave.

Um recurso adotado tem sido buscar empregos temporários nas cidades próximas nos momentos de baixo fluxo turístico. Nas épocas do ano de pesca proibida o problema se exacerba, pois, como relatado pela entrevistada Flávia, poucos moradores têm a carteira de pescador profissional, que dá direito ao seguro defeso em épocas de piracema⁸.

A diminuição do volume de peixes do rio Miranda, relatada pelos entrevistados, não tem, seguramente, uma única causa definida, cabendo, numa investigação mais detida, mapear como uma de suas importantes causas a exploração do trabalho e da natureza associada à presença do capital turístico na região.

DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO E DEGRADAÇÃO SOCIOAMBIENTAL COMO SUA CONTRAFACE

Não buscaremos aqui esgotar a discussão sobre a degradação da biodiversidade do rio Miranda. Propomo-nos, tão somente, fornecer alguns pontos balizadores de reflexão que evidenciam os nexos entre a atividade econômica do turismo e os impactos socioambientais no pantanal, particularmente na comunidade Passo do Lontra, objeto de nosso estudo.

De início, cabe elencar e analisar, ainda que brevemente, três possíveis fatores associados à diminuição do volume de peixes na bacia hidrográfica do rio Miranda, território “terra-água” da comunidade Passo do Lontra.

O primeiro deles, como já elaboramos anteriormente, está associado à pesca predatória em decorrência do turismo no rio Miranda. Como afirma Moretti (2006, p. 59-60):

Esta pressão sobre o pescado tem promovido à destruição desta possibilidade, ou seja, a atividade turística destrói o que proporciona a sua existência [...], pois a atividade turística, para ser rentável economicamente

⁸ Seguro Defeso é um pagamento feito pelo Governo Federal ao pescador artesanal, que fica proibido de exercer a atividade pesqueira durante o período de defeso de alguma espécie.



para as empresas que atuam no setor, produz um espaço que destrói o ambiente natural, alterando as condições naturais que permitem a existência do peixe.

Este fato é reforçado pela fala de um entrevistado: “Turismo pesqueiro é o maior problema disparado do Pantanal” (José, entrevista realizada em 02/06/2023). O apoio jurídico e financeiro do Estado para esse tipo de atividade se materializa além da lei de 1977 e do decreto de 1993, que regulamentam e definem os parâmetros para sua execução, também nos grandes programas de apoio Estatal analisados por Moretti (2006): o “Programa Pantanal” – Programa de Desenvolvimento Sustentável do Pantanal e o “PDTUR” – Plano de Desenvolvimento Turístico Sustentável de Mato Grosso do Sul, que “inserem, em seus objetivos, a ideia de inclusão do lugar Pantanal no espaço global, através da implementação de estruturas que possibilitem a sua participação no sistema global competitivo” (Moretti, 2006, p. 80).

De modo mais amplo, o segundo fator que pode ser considerado como relevante para explicar a diminuição do volume dos peixes na região são as mudanças climáticas globais, entendidas como a “ruptura nos padrões de comportamento das variáveis climáticas” (Acsehrad, 2022, p. 3), enfrentadas ao longo dos séculos XX e XXI, compreendidas, fundamentalmente, a partir do fator **social**: quanto a suas causas; quanto às ações de enfrentamento (ou a falta delas) e quanto aos impactos nos grupos humanos (Acsehrad, 2022).

No livro “Capitalismo e colapso ambiental”, Marques (2015) faz uma análise profunda dos impactos das ações humanas, regidas e manipuladas pelos interesses das burguesias. O autor elenca algumas causas para as crises ambientais:

poluição do ar, dos solos e da água, envenenamento alimentar, aquecimento global, secas, escassez hídrica, desertificação, incêndios devastadores, eventos meteorológicos extremos, enchentes, ondas de frio e calor capazes de ameaçar a segurança energética, elevação do nível do mar, subsidência dos deltas, cidades obstruídas por carros e lixo, com graus crescentes de insalubridade sanitária, química e hídrica (Marques, 2015, p. 18).

Mais especificamente, como aponta Marques (2015), as mudanças climáticas globais podem ter suas causas ligadas diretamente a fatores como: (1) diminuição das matas vegetais nativas; (2) esgotamento dos recursos hídricos (fatores que implicam diretamente nos processos de evapotranspiração e precipitação); (3) queima de combustíveis fósseis e poluição industrial (que impactam diretamente na produção de gases de efeito estufa e aumento de



temperatura), entre diversos outros. Todas essas ações são rastreáveis desde a expansão colonial, acumulação primitiva e revolução industrial, sendo parte condicionante do desenvolvimento capitalista.

Em todos esses momentos históricos, o Estado, incluindo o brasileiro (Marques, 2015), foi não apenas apoiador e financiador, como foi agente ativo na degradação ambiental.

Olhando para o Passo do Lontra, Moraes (2023) analisou uma série histórica de 30 anos de dados de precipitação no pantanal, notando uma variabilidade entre anos muito secos e muito chuvosos. Porém, através de entrevistas realizadas com os moradores do Passo do Lontra, foi relatado que as chuvas têm reduzido a cada ano, e os períodos de seca estão cada vez mais intensos. O ano de 2019 “é considerado o ano mais seco da série histórica de 30 anos” (Moraes, 2023, p. 30).

Além de impactar o interesse dos turistas nessas épocas, consequentemente afetando a renda da comunidade, na seca, o nível de água dos rios do pantanal se reduz drasticamente, impossibilitando a sobrevivência de diversas espécies de peixes. Além disso, a súbita mudança para a estação chuvosa depois de seca prolongada, evento identificado por Moraes (2023), intensifica o fenômeno natural da “decoada”⁹, que causa mudanças na qualidade da água, amplificando seus efeitos e a mortandade de espécies.

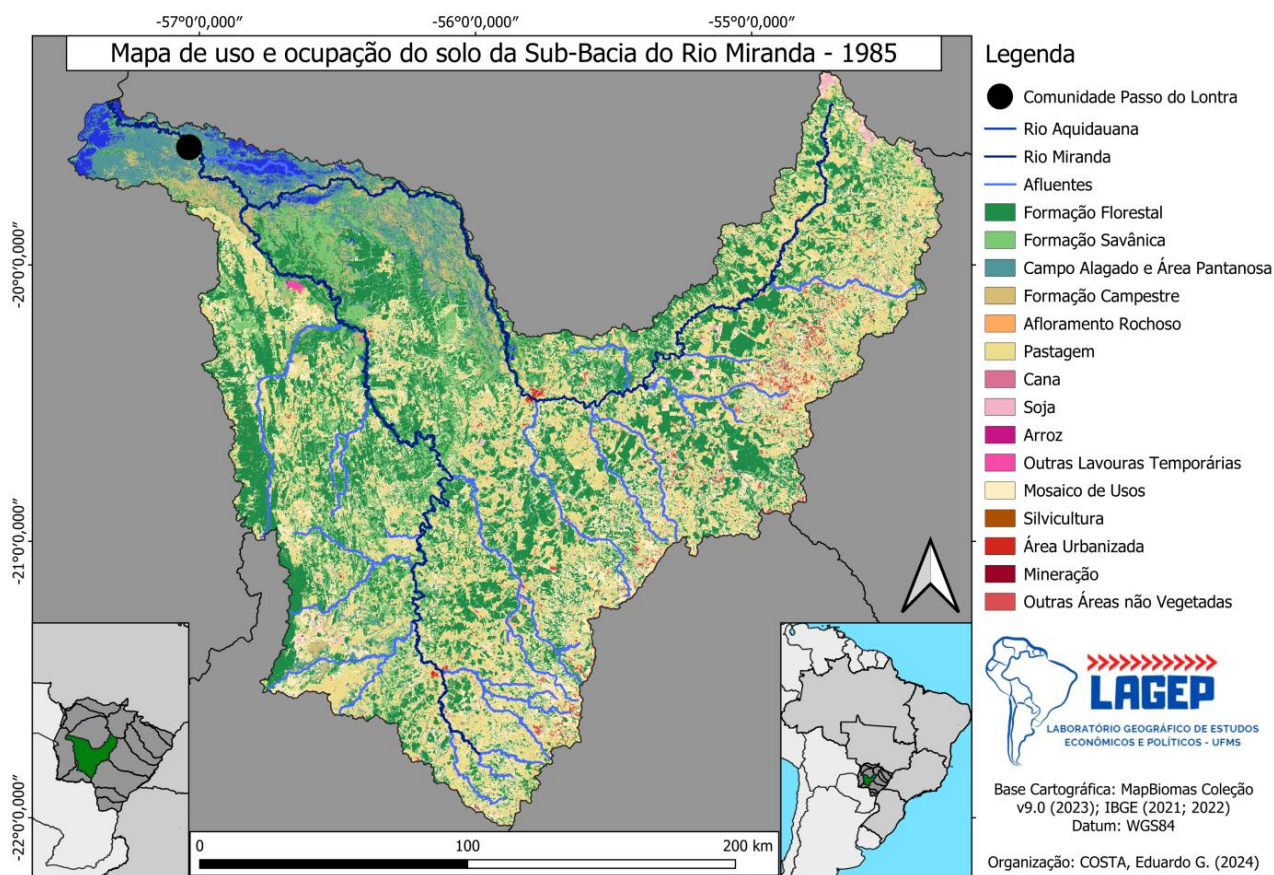
Um terceiro fator que pode ser considerado como explicativo para a diminuição do volume de peixes no Rio Miranda, são as alterações na qualidade da água dos rios do Pantanal associadas ao avanço da agropecuária nos planaltos adjacentes às nascentes da bacia hidrográfica do Paraguai. Podemos observar esse fenômeno utilizando como recorte a bacia hidrográfica do rio Miranda, que tem a comunidade Passo do Lontra localizada a poucos quilômetros de sua foz, no rio Paraguai.

Na figura 2, referente ao ano de 1985, notamos a prevalência (44,59%, gráfico 1) da cobertura florestal, seguida principalmente de pastagem (23,78%, gráfico 1) e poucas áreas destinadas à agricultura (0,42%, gráfico 1).

⁹ O extravasamento da água dos rios para a planície inundável submerge solo e vegetação. Começam a ocorrer processos de decomposição da matéria orgânica submersa, levando à formação de ambientes com baixos níveis de oxigênio e elevados de CO₂, que causam mortandade de peixes (Oliveira *et al*, 2013).

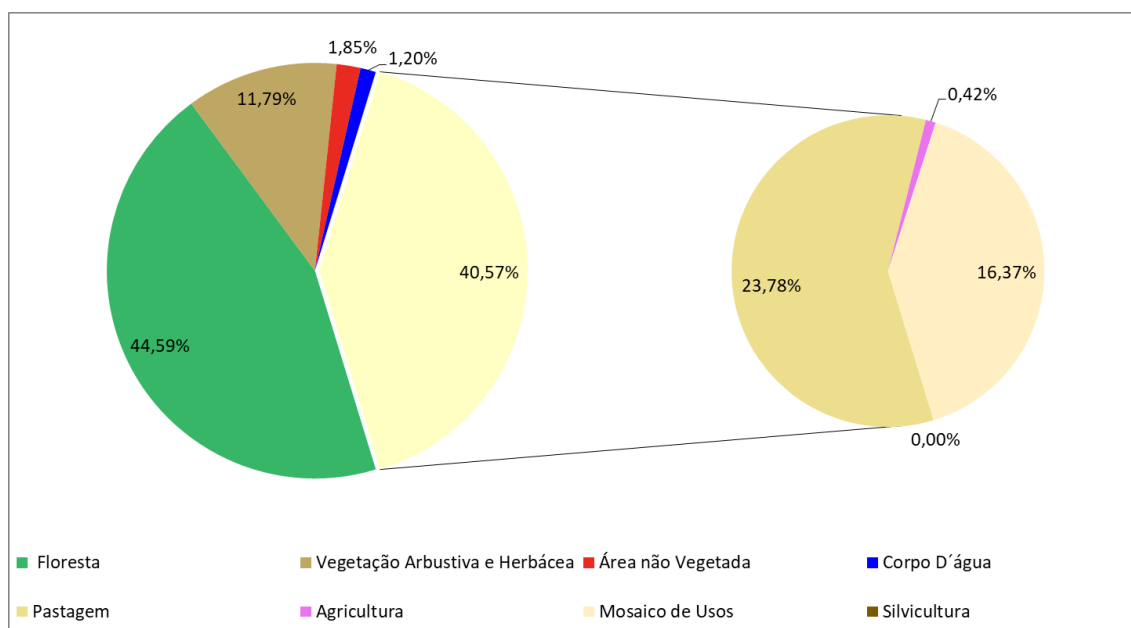


Figura 2 - Mapa de uso e ocupação do solo da Sub-Bacia do Rio Miranda – 1985.



Fonte: LAGEP - UFMS/CPTL. Organizado por Costa (2024).

Gráfico 1 - Uso e ocupação do solo da Sub-Bacia do Rio Miranda – 1985.



Fonte: MapBiomas Brasil v. 9.0 (2024). Organizado pelos autores.



Por sua vez, a figura 3 demonstra, trinta e oito anos depois, a expansão da agropecuária e o desmatamento de áreas naturais. Nesse decorrer de tempo, em relação a 1985, a bacia perdeu 31,41% da área original de vegetação nativa (aproximadamente 600 mil ha, tabela 1), representado 14,01% a menos de vegetação em relação à área total da bacia (gráfico 2), quase a mesma porcentagem de crescimento da pastagem (14,2% da área total, gráfico 2). A expansão por classe mais significativa foi da agricultura, que cresceu mais de 1.820%, em relação à área ocupada em 1985 (307.856 ha a mais) (tabela 1).

Existem muitas implicações relacionadas à substituição de vegetação nativa pela pastagem, estando entre elas a perda da diversidade de espécies vegetais, o que impacta na fauna, resultando na saída de animais da região. Por ser uma vegetação que não está adaptada às dinâmicas de seca do pantanal, em períodos intensos de estiagem as pastagens criam condições para a proliferação de focos de incêndio (Morais, 2023, p. 27), que se espalham largamente, afetando, além da fauna e flora pantaneira, a saúde das populações locais. Além do mais, sendo o solo do pantanal arenoso, a substituição pela pastagem causa alterações no escoamento de águas superficiais e risco de instalação de processos erosivos. Entre as consequências disso está a mudança da qualidade da água e o assoreamento de rios e nascentes.

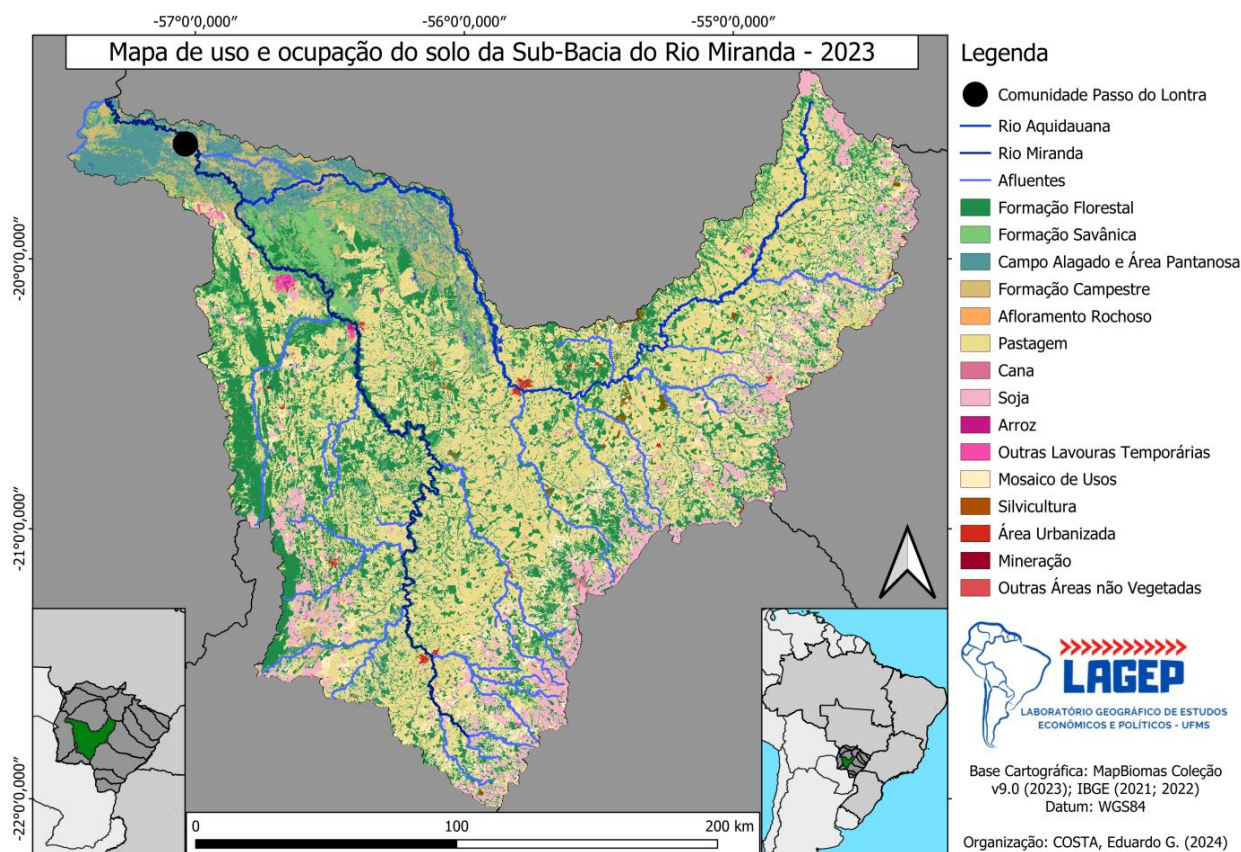
Os impactos do avanço da agricultura, por sua vez, têm efeitos tão drásticos quanto os já mencionados. Dores (2008) identificou ampla contaminação no rio Miranda por agrotóxicos, em decorrências dos cultivos de soja, cana-de-açúcar, algodão e milho na região do planalto e de arroz já na planície pantaneira.

Os princípios ativos foram analisados por método multiresíduo e CGEM em amostras de sedimento de 21 pontos de amostragem em toda a bacia do rio Miranda, coletadas em maio e dezembro de 2005. Os compostos detectados foram: Piretróide (l-cialotrina), de baixa persistência, mas de **alta toxicidade para peixes e invertebrados aquáticos** (córrego Cachoeirão, rios Aquidauana e Miranda); Dieldrin e p,p' DDE, em 100% das amostras; e o p,p' DDT, de uso proibido, encontrado no rio Miranda e em um canal de irrigação de rizicultura em valor elevado. Os três últimos foram detectados em valores acima dos limites da Resolução CONAMA 344/04, implicando em alto potencial de efeitos adversos à biota (Dores, 2008, p. 1, *grifo nosso*).

Segundo os dados do MapBiomas Brasil (2024), em 2005, recorte temporal do estudo de Dores, a agricultura ocupava uma área de 155.424 ha da bacia do Miranda, menos da metade da área ocupada pela mesma atividade no ano de 2023 (tabela 1).

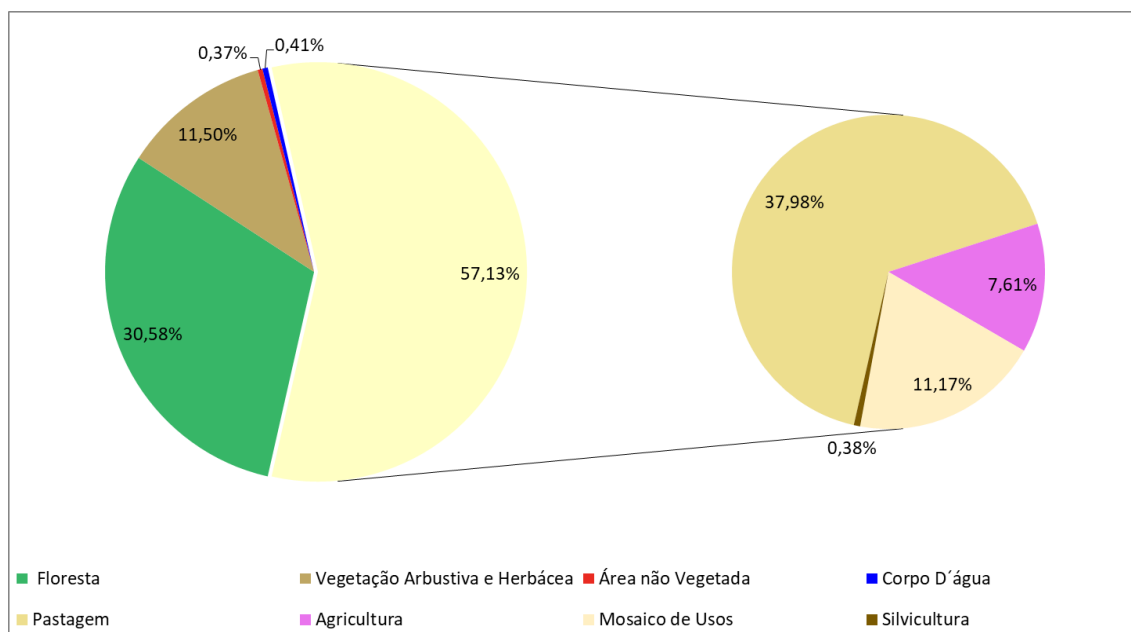


Figura 3 - Mapa de uso e ocupação do solo da Sub-Bacia do Rio Miranda – 2023.



Fonte: LAGEP - UFMS/CPTL. Organizado por Costa (2024).

Gráfico 2 - Uso e ocupação do solo da Sub-Bacia do Rio Miranda – 2023.



Fonte: MapBiomas Brasil v. 9.0 (2024). Organizado pelos autores.

Tabela 1 - Uso e ocupação do solo da Sub-Bacia do Rio Miranda – 1985 e 2023.¹⁰

Tipo de uso e ocupação do solo	Área em hectare	
	1985	2023
Floresta	1.907.878	1.308.533
Vegetação Arbustiva e Herbácea	504.513	491.942
Área não Vegetada	79.139	15.975
Corpo D'água	51.364	17.717
Pastagem	1.017.519	1.624.757
Agricultura	17.845	325.701
Mosaico de Usos	700.207	477.765
Silvicultura	0	16.077
Total	4.278.465	4.278.467

Fonte: MapBiomas Brasil v. 9.0 (2024). Organizado pelos autores.

Isso nos leva a considerar que a contaminação por agrotóxicos na bacia hoje pode ser quantitativamente muito maior do que era em 2005. Observando atentamente a figura 3, pode-se notar que as áreas destinadas à agricultura estão todas ao redor de nascentes que desaguam no rio Miranda. Cabe lembrar também que a comunidade Passo do Lontra está muito próxima da foz do rio Miranda, ou seja, à jusante, para onde escorrem todos os contaminantes químicos do planalto.

Segundo o dossiê “Os Gigantes”, lançado pelo observatório “De Olho nos Ruralistas” (Bassi; Bataier, 2024, p. 30), 55 dos prefeitos e vices, dos 100 maiores municípios, em extensão territorial, do país, possuem imóveis rurais ou empresas agropecuárias. Entre eles o prefeito de Aquidauana-MS, município onde está parte da bacia do Miranda, Odilon Ribeiro, que junto com seu irmão, Zelito Alves, é

alvo de um inquérito civil oferecido pelo Ministério Público do Mato Grosso do Sul (MPMS) para apurar a regularidade jurídico-ambiental da supressão de 21,32 hectares em área declarada como remanescente de vegetação nativa, na Fazenda Iguaçu, no mesmo município (*ibidem*, p. 19).

Essas “Agro-Prefeituras”, como chamadas por Bassi e Bataier (2024), além da famosa bancada ruralista no Poder Legislativo, exemplificam de modo cristalino a ligação profunda entre o Estado e os empresários da agropecuária.

¹⁰ O MapBiomas Brasil pode apresentar erros de cálculo de 0,2% à 0,5%, isso explica a diferença de 2 hectares no total de área entre os anos de 1985 e 2023.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A comunidade Passo do Lontra foi formada a partir da pesca como um meio para a reprodução da vida de famílias desempregadas com a crise e subsequente modernização da pecuária, ocorrida no fim da década de 1970. O turismo se territorializa em paralelo à formação de um modo de vida ribeirinho na região. As relações de trabalho estabelecidas, contudo, ainda que esta atividade seja fonte de renda e emprego, são irregulares e precarizadas, estando submetidas à instabilidade crítica do modo de produção capitalista.

Problematizamos neste trabalho, de modo mais geral, um processo de apropriação capitalista da tradicionalidade ribeirinha, mediante a incorporação na lógica econômica do turismo do saber-fazer tradicional da comunidade, representado pelos conhecimentos tradicionais dos ciclos e das dinâmicas da natureza viva do rio, sendo convertidos em experiência turística comercializável.

Contraditoriamente, essa apropriação do “saber-fazer” ribeirinho pelo capital cria condições para a manutenção desse modo de vida tradicional, nas brechas da apropriação capitalista, permitindo aos homens e mulheres da comunidade se reinventarem taticamente como forma de resistência, aprofundando a ligação da identidade ao território.

Os impactos socioambientais objetivos desse processo, contudo, merecem destaque, especialmente aqueles relacionados à queda vertiginosa do volume de peixes no rio Miranda, que coloca a comunidade em uma “encruzilhada socioambiental”. Entre as causas, podem ser citadas: a pesca predatória decorrente do turismo, que se esconde por trás de um discurso ecológico e promotor de desenvolvimento sustentável, mas que na realidade produz um espaço de degradação ambiental; as mudanças climáticas globais, consequência do desenfreado desenvolvimento predatório e degradante do capitalismo, que impacta diretamente na dinâmica de precipitação, cheias, secas e qualidade da água dos rios do pantanal; e, por fim, o avanço da agropecuária na bacia hidrográfica do rio Miranda, que aumenta o desmatamento da vegetação nativa, contribuindo para condições propícias a focos de incêndio, processos erosivos e assoreamento de rios e córregos, além da contaminação por agrotóxicos dos corpos hídricos em decorrência da expansão da agricultura nos planaltos subjacentes ao pantanal.



Todas essas fontes de degradação, além do desenvolvimento do turismo na região, podem ser ligadas diretamente ao Estado, nas escalas municipal, estadual e federal, sendo financiador, promotor e agente ativo, garantindo o pleno desenvolvimento capitalista e a precariedade social como sua contraface.

A identificação e análise dos nexos, frequentemente tensos, entre a condição ribeirinha e a atividade econômica do turismo, tendo o trabalho como mediação, aqui realizadas, constitui-se uma iniciativa relevante, ainda que insuficiente, aos desafios postos em escala local. Tal relevância se expressa seja pela perspectiva de avanço do conhecimento acadêmico sobre o tema a partir de um referencial empírico preciso, seja pela contribuição com o debate público sobre o tema, seja ainda pela produção de reflexões que possam embasar ações práticas como a proposição de políticas públicas que incidam sobre populações ribeirinhas sujeitas a pressões econômicas do turismo. Nessa perspectiva, procuramos apresentar, com base no aporte teórico utilizado e sua aproximação à realidade em estudo, um ponto de vista mais amplo de um problema visto, com frequência, de modo unidimensional (o trabalho em si, o turismo em si...). Em outras palavras, numa análise que se pretendeu relacional, procuramos evidenciar que, entre os sujeitos sociais investigados, a dimensão do trabalho é indissociável do ambiente, como condição necessária à sua existência. De maneira mais precisa, sustentamos que, no contexto analisado, entre o capital e o trabalho está o rio – mais do que um recurso, um meio fundamental e indispensável para a reprodução da vida.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, H. O “social” nas mudanças climáticas. **Liinc em Revista**, v. 18, n. 1, p. 1–19, 19 abr. 2022. <https://doi.org/10.18617/liinc.v18i1.5930>.
- ALVES, T. dos S. Território Pesqueiro. Entre terra, água e educação. **GIRAMUNDO - Revista de Geografia do Colégio Pedro II**, v. 5, n. 10, p. 31–41, 2018. .
- BARATELLI, A. E. S. **Terra, Estado e Capital: A centralidade da renda da terra nas relações econômicas e de poder no município de Três Lagoas/MS**. Três Lagoas: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2022, 217 p. Dissertação (Mestrado em Geografia).
- BASSI, B. S.; BATAIER, C. Os Gigantes. **De Olho nos Ruralistas**, 2024. Disponível em: <https://deolhonosruralistas.com.br/wp-content/uploads/2024/09/Os-Gigantes-2024.pdf> . Acesso em: 21 set. 2024.



BRAGA, L. M.; ALMEIDA, N. de P.; ASATO, T. A. Tradição e Receptividade no Pantanal Sul-mato-grossense: Um breve roteiro histórico e cultural. *In: IV CONGRESSO INTERNACIONAL SOBRE TURISMO RURAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL*, 2004. *Anais...* Joinville: 2004. p. 1-9.

BRASIL. Decreto Nº 6.040 de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm . Acesso em: 21 set. 2024.

BRASIL. Lei Nº 6.513, de 20 de dezembro de 1977. Dispõe sobre a criação de Áreas Especiais e de Locais de Interesse Turístico; sobre o Inventário com finalidades turísticas dos bens de valor cultural e natural. 1977. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6513.htm#:~:text=LEI%20No%206.513%2C%20DE%2020%20DE%20DEZEMBRO%20DE%201977.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20cria%C3%A7%C3%A3o%20de,natural%3B%20acrescenta%20inciso%20ao%20art . Acesso em: 21 set. 2024.

CARDOSO, E. Schiavone. Territórios Pesqueiros: Conflitos e Possibilidades para a Gestão da Pesca. *In: 9º ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA - EGAL*, 2003. *Anais...* Mérida, México: 2003. p. 1–21. Disponível em: http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal9/Geografiasocioeconomica/Geografia_economica/07.pdf . Acesso em: 21 set. 2024.

COSTA, E. G. da; SANTOS, T. A. Territorialidade e Tradicionalidade Ribeirinha: Olhares sobre o desenvolvimento histórico e cultural na comunidade Passo do Lontra Corumbá-MS. *In: IX RAMS – ANTROPOLOGIAS EMERGENTES: PERSPECTIVAS A PARTIR DO CENTRO-OESTE*, 2023. *Anais...* Campo Grande, MS: 2023. p. 155–166. Disponível em: <https://antropologiams.ufms.br/files/2024/02/Anais-do-Evento--RAMS-2.pdf> . Acesso em: 21 set. 2024.

DORES, E. F. G. de C. Contaminação por agrotóxicos na bacia do rio Miranda, Pantanal (MS). *Revista Brasileira de Agroecologia*, v. 3, n. Suplemento especial, p. 202–205, 2008.

ESSELIN, P. M. **A pecuária bovina no processo de ocupação e desenvolvimento econômico do Pantanal Sul-Mato-Grossense (1830-1910)**. Dourados: Ed. UFGD, 2011.

FERREIRA, S. R. B. Brejo dos Crioulos: saberes tradicionais e afirmação do território. *Revista Geografias*, v. 2, n. 1, p. 58–77, 1 jul. 2006. <https://doi.org/10.35699/2237-549X..13195>.

FREITAS, R. D. C. M.; NÉLSIS, C. M.; NUNES, L. S. A crítica marxista ao desenvolvimento (in)sustentável. *Revista Katálýsis*, v. 15, n. 1, p. 41–51, jun. 2012. <https://doi.org/10.1590/S1414-49802012000100004> .

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 17. ed. São Paulo: Ed. Loyola, 2008.

INCRA. **Dados da estrutura fundiária por município de Mato Grosso do Sul**. 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/governanca-fundiaria/ms-municipios-2018.pdf> . Acesso em: 21 set. 2024.



KAPP, S. Entrevistas na pesquisa sócio-espacial. **Revista Brasileira De Estudos Urbanos E Regionais**, v. 22, p. 1-32, 2020. <https://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202006>

MAPBIOMAS BRASIL. **Projeto MapBiomass – Coleção 9 da Série Anual de Mapas de Cobertura e Uso da Terra do Brasil**. 2024. Disponível em: <https://plataforma.brasil.mapbiomas.org/>. Acesso em: 21 set. 2024.

MARQUES, L. **Capitalismo e colapso ambiental**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2015.

MATO GROSSO DO SUL. Decreto nº 7.122 de 17 de março de 1993. Considera Estradas Parque trechos de rodovias estaduais da região do pantanal, e dá outras providências. 1993. Disponível em: <http://aacpdappls.net.ms.gov.br/appls/legislacao/secoge/govato.nsf/fd8600de8a55c7fc04256b210079ce25/26b7d72c4ad2b5fa042577610049d235?OpenDocument>. Acesso em: 21 set. 2024.

MORAIS, I. C. da S. **Variabilidade da precipitação e dos episódios de incêndio no Pantanal (MS)**. Três Lagoas: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2023, ???p. Monografia (Licenciatura em Geografia).

MORETTI, E. C. **Paraíso visível e real oculto: a atividade turística no Pantanal**. Campo Grande, MS: Editora UFMS, 2006.

OLIVEIRA, L. D. **Geopolítica ambiental: a construção ideológica do desenvolvimento sustentável (1945-1992)**. 1. ed. Rio de Janeiro: Autografia, 2019.

OLIVEIRA, M. D.; CALHEIROS, D. F.; PADOVANI, C. R. Mapeamento e Descrição das Áreas de Ocorrência dos Eventos de Decada no Pantanal. **Embrapa Pantanal. Boletim de Pesquisa e Desenvolvimento**, v. 121, p. 1–21, 2013.

OURIQUES, H. R. **A produção do turismo: fetichismo e dependência**. 2. ed. Campinas: Alínea, 2015.

PINHEIRO, T. T.; GÓES, K. O. C.; NASCIMENTO, A. I.; SILVA, M. das G. S. N.; SILVA, J. da C. Um modo de produção no espaço ribeirinho: um estudo no distrito de Nezaré/RO. In: XXI ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 2012. **Anais...** Uberlândia: 2012. p. 1-14.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **O desafio ambiental**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2004.

RIBEIRO, M. A. Trabalho e turismo no Pantanal/MS: olhares para a comunidade do passo da lontra. **ENTRE-LUGAR**, v. 9, n. 18, p. 150–168, 2018. <https://doi.org/10.30612/el.v9i18.8889>.

RIBEIRO, M. A.; MORETTI, E. C. Pantanal/MS/Brasil: A construção de novas Geografias. In: XII COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, 2012a. **Anais...** Bogotá: 2012. p. 1-11. Disponível em: <https://www.ub.edu/geocrit/coloquio2012/actas/01-M-Ribeiro.pdf>. Acesso em: 21 set. 2024.

RIBEIRO, M. A.; MORETTI, E. C. Processo de resignificação da geografia do pantanal. **Mercator**, v. 11, n. 24, p. 43–51, 19 abr. 2012b. <https://doi.org/10.4215/RM2012.1124.0003>.

SALAZAR, N. B. Antropología del turismo en países en desarrollo: análisis crítico de las culturas, poderes e identidades generados por el turismo. **Tabula Rasa**, n. 5, p. 99–128, 2006.



SILVA, C. A. Elementos epistemológicos e metodológicos para uma geografia das existências. In: SILVA, C. A. (org.). **Pesca artesanal e produção do espaço**: desafios para a reflexão geográfica. Rio de Janeiro: Consequência, 2014a.

SILVA, C. A. (Org.). **Pesca artesanal e produção do espaço**: desafios para a reflexão geográfica. Rio de Janeiro: Consequência, 2014b, p. 13-26.

SILVA, D. A.; RIBEIRO, V. Abordagem sobre a Apropriação dos Recursos Naturais pela Atividade Turística. **Perspectiva Geográfica**, v. 11, n. 15, p. 125–133, 2016.

SILVA, M. H. S. O Pantanal Sul Mato-Grossense um meio ambiente territorializado. **Periódico Eletrônico Fórum Ambiental da Alta Paulista**, v. 9, n. 7, 10 nov. 2013. <https://doi.org/10.17271/19800827972013553>.

SILVEIRA, A. S. Estado do Bem-Estar Social e desfiliação social. **Política & Sociedade**, v. 12, n. 24, p. 145–176, 17 out. 2013. <https://doi.org/10.5007/2175-7984.2013v12n24p145>.

Recebido em fevereiro de 2025.

Revisão realizada em junho de 2025.

Aceito para publicação em outubro de 2025.

